

Estudo ambiental pronto

JOSEMAR GONÇALVES

Joana Wightman

O maior estudo de impacto ambiental (EIA/Rima) para regiões de condomínios no Distrito Federal está pronto e vai agilizar a regularização de 84 parcelamentos informais de Sobradinho II. A área analisada é maior que o Plano Piloto, tem 3,5 mil hectares e abrange quatro setores habitacionais: Grande Colorado, Boa Vista, Contagem e Mansões Colorado. Mais de 200 mil pessoas moram na região e aguardam pela regularização dos imóveis comprados de grileiros há cerca de 20 anos.

"Os estudos ambientais são a etapa mais longa do processo de regularização. A grande dificuldade foi vencida e representa um marco na história desses parcelamentos", destaca o gerente de Regularização de Condomínios do Governo do Distrito Federal, Paulo Serejo. Ele estima que as primeiras áreas da região possam ser regularizadas até o meio do próximo ano, depois que o EIA/Rima passar pela análise do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o que pode levar de quatro a cinco meses.

O gerente assinala que um relatório ambiental desse porte é novidade no DF, e explica que, depois do licenciamento am-

200

MIL PESSOAS

RESIDEM NA REGIÃO
AVALIADA NO ESTUDO,
E QUE COMPRENDE OS
SETORES HABITACIONAIS
BOA VISTA,
CONTAGEM, GRANDE
COLORADO E
MANSÕES COLORADO

biental, o próximo passo é a aprovação ou adequação dos projetos urbanísticos, que serão feitos um a um. Ou seja, condomínio por condomínio.

O estudo foi encomendado há dois anos pela União dos Condomínios Horizontais e Associações de Moradores no DF (Unica) e custou R\$ 1 milhão, valor dividido entre os moradores. "O EIA/Rima é a grande ferramenta para regularização de condomínios de Sobradinho, porque traz o levantamento da realidade ambiental, socioeconômica e a viabilidade de implementação da infra-estrutura urbana", ressalta a presidente da Unica, Júnia Bittencourt.

O relatório ambiental estudou as condições causadas por adensamentos urbanos em



■ LOTES FORAM COMPRADOS DE GRILEIROS 20 ANOS ATRÁS; AGORA, REGULARIZAÇÃO DEPENDE DO IBAMA

três áreas de proteção ambiental: do Planalto Central; da Caatinga e do São Bartolomeu. São mais de 10 mil páginas, incluindo 240 mapas com círculos, áreas de nascentes e veredas. "O EIA/Rima mostra os cenários de ocupação, as áreas de preservação e os pontos de instalação de equipamentos. É um grande prognóstico da região", esclarece o sócio-diretor da consultoria ambiental Geo

Lógica, Cristiano Goulart.

Conforme a gerente da Unica, os órgãos públicos convenceram os moradores de que não adiantariam ser feitos estudos individuais para cada área parcelada e que, com a criação da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, em 2001, o Ibama passou a exigir que o relatório abrangesse a microbacia da região. "Ficariam ilhas regularizadas em um universo

de ilegalidade", aponta Júnia.

Ela destaca que, apesar da ocupação irregular, o que mais chamou a atenção dos moradores foi a grande quantidade de áreas preservadas na região. "Ao contrário de muitos outros lugares do DF, percebemos que a região ainda é preservada e tem muitas áreas verdes. Para se ter uma idéia, não foi encontrado nenhum condomínio em locais de nascentes".